



TUDO UM MUNDO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**2º TRIMESTRE 2022**

## Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2022 .....	4
PMP e Arrears .....	6
Endividamento .....	8
Execução Orçamental da Receita .....	10
Execução Orçamental da Despesa .....	13
Equilíbrio Orçamental .....	16
Alterações Orçamentais .....	17
Análise das rubricas de Gastos e Perdas .....	20
Análise das rubricas de Rendimentos .....	25
Análise das Rubricas de Investimentos .....	28
Indicadores Financeiros .....	29

## Ilustrações

Ilustração 1 - Orçamento Previsional 2022 .....	5
Ilustração 2 - Orçamento Previsional 2021 .....	5
Ilustração 3 - Prazo Médio de Pagamento .....	6
Ilustração 4 - Endividamento .....	9
Ilustração 5 - Receita - 2º trimestre 2022/2021.....	10
Ilustração 6 - Distribuição mensal da Derrama 2021/2022 .....	11
Ilustração 7 - Despesa - 2º trimestre 2022/2021 .....	13
Ilustração 8 - Regra do Equilíbrio Orçamental .....	16
Ilustração 9 - Alterações Orçamentais à Receita .....	17
Ilustração 10 - Alterações Orçamentais à Despesa .....	18
Ilustração 11 - Gastos e Perdas - 2º trimestre 2021/2022.....	20
Ilustração 12 - Transferências e Subsídios concedidos - 2º trimestre 2021/2022.....	21
Ilustração 13 - Fornecimentos e Serviços Externos - 2º trimestre 2021/2022 .....	22
Ilustração 14 - Rendimentos e Ganhos - 2º trimestre 2021/2022 .....	25
Ilustração 15 - Transferências e Subsídios Correntes - 2º trimestre 2021/2022 .....	26
Ilustração 16 - Impostos, contribuições e taxas - 2º trimestre 2021/2022.....	27
Ilustração 17 - Investimentos - 2º trimestre 2021/2022.....	28
Ilustração 18 - Indicadores Financeiros - 2º trimestre 2021/2022 .....	29

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 2º TRIMESTRE 2022

#### Instrumentos previsionais de gestão 2022

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2022, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2021, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2022, apresenta uma dotação corrigida no montante de 297.543,3 milhares de euros (m€), composto por 161.255,6 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 167.242,1 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 112.859,3 m€, sendo as despesas de 130.301,2 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 23.428,4 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€<sup>1</sup>.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2021, um orçamento corrigido de 258.127,5 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 140.325,9 m€ e 134.392,5 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 98.557,5 m€ e despesas de 123.734,9 m€, contemplando as outras receitas um total de 19.244,1 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 19.153,26 m€.

---

<sup>1</sup> Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

Ilustração 2 - Orçamento Previsional 2022



Ilustração 1 - Orçamento Previsional 2021



## PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2021 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante a primeira metade do ano de 2022.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores de bens e serviços e fornecedores de investimentos observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e de bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

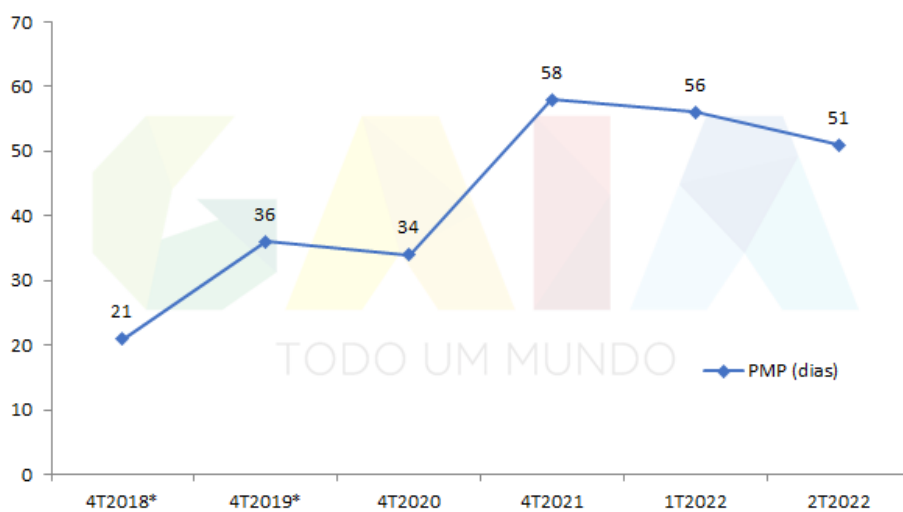


Ilustração 3 - Prazo Médio de Pagamento

\*Fonte: DGAL

O PMP apurado em 30/06/2022 é de 51 dias, revelando uma melhoria continua face aos dois trimestres anteriores.

## Endividamento

O endividamento municipal, considerando o enquadramento legal existente, ascende, à data de 30/06/2021, a 96.940,8 m€. Neste montante, destacam-se os empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 70.344,2 m€, assim como 6.320,9 m€ relativos a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (médio e longo prazo), sendo adstrito à dívida de curto prazo um valor de 20.275,7 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 38.741,9 m€ estão excluídos do limite de endividamento, representando assim, um percentual de 39,96%.

Quanto ao período em análise (30/06/2022), o endividamento municipal ascende a 97.933,7 m€, dos quais 70.924,8 m€ são referentes a empréstimos (de mlp) junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, e 5.911,7 m€ referente a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (de médio e longo prazo), sendo 21.097,1 m€ imputados á dívida de curto prazo. O aumento da Dívida de Curto Prazo de 2022, face ao período homólogo de 2021, no montante de 821,4 m€, deveu-se essencialmente á dívida a fornecedores, no âmbito das faturas em receção e conferência, conta corrente e investimento.

Do mesmo modo, do endividamento total registado no primeiro semestre de 2022, 30.230,2 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 30,87% daquele.



Descrição	30/06/2021	30/06/2022
<b>Dívida de MLP</b>	<b>70 690,12</b>	<b>70 956,34</b>
Empréstimos	64 764,71	65 440,14
Fornecedores e Outros Credores	5 925,41	5 516,20
<b>Dívida de CP</b>	<b>20 275,73</b>	<b>21 097,14</b>
Fornecedores e Outros Credores	20 275,73	21 097,14
<b>Dívida de MLP Exigível a CP</b>	<b>5 975,01</b>	<b>5 880,23</b>
Empréstimos	5 579,51	5 484,73
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
<b>Endividamento Total</b>	<b>96 940,86</b>	<b>97 933,71</b>

milhares de euros

Ilustração 4 - Endividamento

## Execução Orçamental da Receita

No primeiro semestre, o orçamento do Município para o exercício de 2022 apresenta uma dotação total de receita cobrada de 120.045,8 m€, registando como receitas correntes o montante de 82.511,5 m€ e receitas de capital cerca de 14.085,1 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 229,8 m€.

Por sua vez, no exercício de 2021, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 97.848,6 m€, registando nas receitas correntes um montante de 64.934,8 m€ e nas de capital 13.482,7 m€, acrescendo outras receitas como o saldo de gerência anterior de 19.153,3 m€ e reposição não abatida nos pagamentos de 277,86 m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no primeiro trimestre de 2022, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

C.Econ	Descrição	2º trimestre 2021		2º trimestre 2022		Dif. Cobrança 2022/2021	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2021	2022
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>140 325,87</b>	<b>64 934,75</b>	<b>161 255,61</b>	<b>82 511,55</b>	<b>17 576,80</b>	<b>46,27%</b>	<b>51,17%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	84 084,27	39 358,21	85 917,75	48 405,13	9 046,92	46,81%	56,34%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 865,30	2 357,52	4 042,46	2 029,97	-327,55	60,99%	50,22%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 536,70	2 824,44	5 849,20	2 967,12	142,68	51,01%	50,73%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43 254,43	19 135,99	62 552,43	27 797,58	8 661,59	44,24%	44,44%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 301,27	1 104,56	2 380,11	1 245,57	141,01	33,46%	52,33%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283,90	154,03	513,66	66,18	-87,85	54,26%	12,88%
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>98 557,50</b>	<b>13 482,67</b>	<b>112 859,33</b>	<b>14 085,09</b>	<b>602,42</b>	<b>13,68%</b>	<b>12,48%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	372,78	150,39	322,91	205,71	55,32	40,34%	63,71%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 617,64	5 005,96	57 081,03	3 372,82	-1 633,14	11,75%	5,91%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	20 638,02	0,00	25 630,13	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	33 997,80	8 187,94	29 254,61	10 032,68	1 844,74	24,08%	34,29%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	931,26	138,38	570,65	473,88	335,50	14,86%	83,04%
	<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>19 244,13</b>	<b>19 431,12</b>	<b>23 428,39</b>	<b>23 449,18</b>	<b>4 018,05</b>	<b>100,97%</b>	<b>100,09%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	90,87	277,86	209,04	229,83	-48,03	305,78%	109,95%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	19 153,26	19 153,26	23 219,35	23 219,35	4 066,08	100,00%	100,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>258 127,49</b>	<b>97 848,54</b>	<b>297 543,33</b>	<b>120 045,82</b>	<b>22 197,27</b>	<b>37,91%</b>	<b>40,35%</b>

milhares de euros

Ilustração 5 - Receita - 2º trimestre 2022/2021

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução bem positiva no global da receita entre 2021/2022 de 22.197,3 m€, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 17.576,8 m€ e de 602,4 m€, respetivamente, reforçado pelo

acréscimo registada no saldo transitado (+ 4.066,1 m€), alvejando um resultado final positivo, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 82.511,5 m€ neste primeiro semestre de 2022, contra 64.934,7 m€ em período homólogo, verifica-se que este comportamento é compatível com o desenlace do perfil de crescimento da economia portuguesa, resultando num acréscimo quase generalizado de todas as rubricas da receita corrente, com principal destaque para os impostos diretos, na ordem dos 9.046,9 m€, com principal impacto do IMT (+9.330,0 m€) e para as transferências correntes (8.661,6 m€).

O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Autoridade Tributária, tendo sido reduzida a taxa geral e a taxa reduzida em 0,25% incidente sobre o lucro tributável do período fiscal 2020 e 2021, praticada pelo Município de Vila Nova de Gaia.

Assim, em 2022, a transferência referente à derrama no primeiro semestre, totalizou 400,2 m€ contra um total de 1.071,4 m€ em período análogo, conforme se verifica no quadro seguinte:

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL MENSAL
2021	561,84	52,36	69,36	86,37	77,29	224,17	1 071,39
2022	146,73	96,57	11,78	78,89	49,66	16,57	400,20

milhares de euros

**Ilustração 6 - Distribuição mensal da Derrama 2021/2022**

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se um acréscimo nas transferências correntes (+8.661,6 m€), perfazendo estas um montante de 27.797,6 m€ em 2022 face a 19.135,9 m€ de 2021, justificado essencialmente, por um lado, pelas verbas oriundas da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no âmbito da educação (5.730,6 m€), e por outro lado, as verbas a título do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) no valor de 1.619,3 m€ retratado na candidatura de Gaia Protegida.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 14.085,1 m€ no segundo trimestre do corrente ano, comparativamente com os 13.482,7 m€ registado em 2021.

Embora com um desempenho menos marcante comparativamente com a sua congénere corrente, as receitas de capital demonstraram no decorrer do semestre um crescendo comportamental, com um encaixe de mais 602,4 m€ face ao ano anterior, verificando-se que, a rubrica que assumiu maior expressão foi os passivos financeiros com um registo de 10.032,7 m€ com destaque na vertente do crédito de MLP (8.532,6 m€), com a libertação da primeira tranche do empréstimo para investimentos diversos junto, quer da Caixa Geral de Depósitos, S.A (2.446,8 m€), quer do Banco BPI, S.A (3.150,3 m€), e ainda neste último caso, acresce a segunda tranche de 2.140,7 m€, bem como, a terceira e quarta tranche referente ao financiamento de despesas destinadas ao combate aos efeitos da pandemia da doença Covid-19 pela instituição Caixa Geral de Depósitos, S.A. num total de 794,8 m€.

No que toca, às transferências de capital, o valor mensurado em 3.372,8 m€ aglutina na sua essência as transferências do estado com destaque para a transferência da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente á comparticipação de despesas no âmbito da candidatura da Consolidação da Escarpa da Serra do Pilar em 1.350,3 m€ e as transferências do foro comunitário no âmbito do FEDER, que somaram 780,9 m€.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 2º Trimestre de 2022, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 51,17%, registando um acréscimo de 4,90% face a 2021, e as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 12,48%, registando, um ligeiro decréscimo de 1,20% face ao período homologo.

A taxa de execução da receita total neste semestre de 2022 foi, assim, de 40,35% face aos 37,91% atingido em 2021.

## Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, no primeiro semestre de 2022, e em comparação com período homólogo, um agravamento de 13.599,8 m€, materializando-se em 82.029,68 m€ face ao registo de 68.429,8 m€ em 2021. Na base deste comportamento destaca-se o incremento em ambas as vertentes da despesa corrente e de capital, de 12.815,8 m€ e de 783,9 m€, respetivamente.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 57.461,15 m€, comparativamente com o registado de 44.600,3 m€ em igual período de 2021, tendo as despesas de capital atingido 24.613,53 m€ face aos 23.829,5 m€, respetivamente.

C.Econ.	Descrição	2º trimestre 2021		2º trimestre 2022		Difª 2022/2021	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2021	2022
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>134 392,55</b>	<b>44 600,31</b>	<b>167 242,10</b>	<b>57 416,15</b>	<b>12 815,84</b>	<b>33,19%</b>	<b>34,33%</b>
01	DESPESAS COM O PESSOAL	44 937,97	22 138,24	63 572,69	26 561,11	4 422,87	49,26%	41,78%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	58 301,16	11 478,62	66 166,43	17 856,02	6 377,40	19,69%	26,99%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 056,88	370,24	654,16	233,72	-136,52	35,03%	35,73%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 443,07	5 060,24	20 550,16	5 996,29	936,05	35,04%	29,18%
05	SUBSÍDIOS	12 121,81	3 659,50	12 789,76	4 617,46	957,96	30,19%	36,10%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3 531,66	1 893,47	3 508,90	2 151,55	258,08	53,61%	61,32%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>123 734,92</b>	<b>23 829,55</b>	<b>130 301,23</b>	<b>24 613,53</b>	<b>783,98</b>	<b>19,26%</b>	<b>18,89%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	94 055,62	13 237,00	102 229,18	16 807,39	3 570,39	14,07%	16,44%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 315,91	3 850,72	9 748,64	2 898,04	-952,68	46,31%	29,73%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	20 855,88	6 735,02	18 202,91	4 908,10	-1 826,92	32,29%	26,96%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	507,21	6,81	120,20	0,00	-6,81	1,34%	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>258 127,47</b>	<b>68 429,86</b>	<b>297 543,33</b>	<b>82 029,68</b>	<b>13 599,82</b>	<b>26,51%</b>	<b>27,57%</b>

milhares de euros

Ilustração 7 - Despesa - 2º trimestre 2022/2021

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destaca-se as despesas correntes o registo de um volume de despesa traduzido num aumento quase generalizado das suas componentes, totalizando 12.815,8 m€.

Neste incremento, continua a ser a principal protagonista de entre as despesas correntes, a aquisição de bens e serviços (+6.377,4 m€) com um volume de 17.856,02 m€, refletido essencialmente na vertente de aquisição de serviços (+5.018,9 m€) adstrito aos encargos de

instalações com consumos de energia (+1.529,7 m€), sendo maioritariamente referentes a encargos de 2021 e ainda os encargos com outros serviços (+2.575,9 m€), destacando-se o auxílio económico direto – refeições escolares (+2.976,05 m€) sendo que 1.670,3 m€ são ainda despesas do ano anterior, revelando-se por fim, um valor de 696,8 m€ referente a celebração do contrato de gestão de eficiência energética ao abrigo do DL Nº 29/2011 de 28 de fevereiro para implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no sistema de iluminação pública.

Na vertente de aquisição de bens, o aumento preconizado (+1.358,5 m€) vem-se refletindo no agravamento de consumos com combustíveis e lubrificantes que perfizeram 735,3 m€ contra 291,4 m€, em 2021 (+443,9 m€), apar dos auxílios económicos diretos, via complemento alimentar nas escolas (+1.025,3 m€), sendo ainda 425,9 m€, alusivo a encargos do ano anterior.

No que toca, aos subsídios que consubstanciaram em 4.617,5 m€, verifica-se um incremento na ordem dos 957,9 m€, comparativamente ao período análogo em 2021, traduzido essencialmente no pagamento no âmbito da municipalização de serviço explorado pela STCP de 1.317,4 m€, sendo 588,4 m€ referente a encargos de anos anteriores.

As transferências correntes vislumbram um incremento de 936 m€, neste período, muito devido á descentralização de competências na área de educação, traduzido em transferências para os agrupamentos escolares e escolas no valor que somou 953,1 m€, a par das transferências em cerca de 632,2 m€ para apoio das juntas de freguesia no âmbito da pandemia por Covid/19.

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 26.561,1 m€ nestes primeiros seis meses de 2022, tendo representado 32,38% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 19.778,8 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 74,46%.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 16.807,4 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 4.908,1 m€, registando aquela vertente um volume de despesa na ordem dos 24.613,53 m€, verificando-se um ligeiro agravamento de 783,9 m€ face ao período análogo de 2021. Este incremento é imputado basicamente pelo reforço nas despesas de aquisição de bens de capital (+3.570,4 m€), que mais do que compensaram os decréscimos revelados nas demais rubricas, destacando-se os investimentos realizados nas construções diversas (+2.887,5 m€) no âmbito da reabilitação da rede viária e sinalização e Implementação de Corredores BUS em Solução Pré Metro Av. Vasco da Gama (EN 222) e o

investimento no seio da habitação (+616,6 m€) mediante o desenvolvimento de um conjunto de ações levadas a cabo em diversos empreendimentos habitacionais no âmbito da eficiência energética e na reabilitação e manutenção de equipamentos.

No contexto ainda das despesas de capital, o diferencial exarado nas transferências de capital que perfizeram 2.898,0 m€ neste período em análise, de menos 952,6 m€ face a 2021, retrata um ligeiro decréscimo generalizado das suas componentes, essencialmente nas transferências para as juntas de freguesia (-682,4 m€) pelo finalizar de alguns acordos de colaboração referente a obras com algumas freguesias e nas transferências para instituições sem fins lucrativos (-240,6 m€).

Relativamente aos passivos financeiros, a decréscimo ostentado (-1.826,9 m€) deve-se á normal regularização das amortizações de empréstimos, tendo-se destacado o término do empréstimo junto da C.G.D respeitante a financiamento de investimentos gerais, ficando sanado em maio do ano passado a última prestação no montante de 1.390,1 m€.

Para finalizar, resta referir que neste primeiro semestre de 2022, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 34,33% e 18,89%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homólogo de 33,19% e 19,26%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que no 1º semestre de 2022 a taxa de execução perpez 27,57%, comparativamente com os 26,51% atingidos em igual período de 2021.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 2º trimestre de 2022, o Município mantém cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2021	ORÇAMENTO INICIAL	30/06/2022 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	152 500,94	161 101,40	179 863,41
	B - Despesas correntes	104 364,51	148 480,09	167 242,10
	C - Saldo corrente (A-B)	48 136,43	12 621,31	12 621,31
	D - Amortização média dos EMLP	13 995,99	12 052,73	10 981,07
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	34 140,43	568,58	1 640,23
	F - Percentagem [A/(B+D)]	128,8%	100,4%	100,9%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/06/2022 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente (milhares de €)

Ilustração 8 - Regra do Equilíbrio Orçamental



## Alterações Orçamentais

Nos primeiros 6 meses de 2022, realizaram-se 24 alterações orçamentais, das quais, cinco foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e junho de 2022, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	85 917,75	0,00	0,00	85 917,75
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	4 042,46	0,00	0,00	4 042,46
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 849,20	0,00	0,00	5 849,20
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62 398,22	154,21	0,00	62 552,43
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 380,11	0,00	0,00	2 380,11
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	513,66	0,00	0,00	513,66
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	322,91	0,00	0,00	322,91
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31 079,82	26 964,40	963,19	57 081,03
11 ATIVOS FINANCEIROS	25 630,13	0,00	0,00	25 630,13
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 754,61	7 500,00	0,00	29 254,61
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	570,65	0,00	0,00	570,65
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	209,04	0,00	0,00	209,04
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	23 219,35	0,00	23 219,35
<b>Totais</b>	<b>240 668,56</b>	<b>57 837,96</b>	<b>963,19</b>	<b>297 543,33</b>

(milhares de euros)

**Ilustração 9 - Alterações Orçamentais à Receita**

As alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, foram no sentido do seu reforço e ocorreram, em grande parte, no 1º trimestre do ano, com a integração do Saldo da Gerência Anterior (23.219 m€) e a aprovação do empréstimo bancário de curto prazo (7.500 m€). Registou-se, ainda durante o 1º trimestre, a inclusão do Programa 1º Direito, inserido no Programa de Recuperação e Resiliência, o qual prevê, para o ano de 2022, uma receita de capital (Cl.Ec.10) de 25.285 m€.

No 2º trimestre, a alteração de maior relevo foi a inclusão do projeto de “Reabilitação das Margens do Rio Uima” no valor de 1.500 m€ - receita FEDER, dos quais, 52,7 m€ correntes e 1.447,3 de capital (Cl.Ec.06 e 10).

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	57 745,79	7 193,70	1 366,80	63 572,69
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	64 701,88	13 483,45	12 018,90	66 166,43
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	638,42	17,04	1,30	654,16
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 680,45	10 762,01	892,30	20 550,16
05 SUBSÍDIOS	12 668,75	7 097,20	6 976,19	12 789,76
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 044,80	1 880,20	416,10	3 508,90
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	75 895,61	36 338,58	10 005,01	102 229,18
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 453,96	5 467,58	1 172,90	9 748,64
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,00	0,30
10 PASSIVOS FINANCEIROS	10 636,30	7 566,61	0,00	18 202,91
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	202,30	0,00	82,10	120,20
<b>Totais</b>	<b>240 668,56</b>	<b>89 806,37</b>	<b>32 931,60</b>	<b>297 543,33</b>

(milhares de euros)

#### Ilustração 10 - Alterações Orçamentais à Despesa

Do lado da Despesa, a conta de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) foi, de todas, a que registou o maior valor de novas inscrições/reforços de Despesa (36.338,6 m€) e também a maior variação: mais 26.333,6 m€ acrescidos à dotação inicial, dos quais, 20.875 m€ destinam-se a despesas com a aquisição de habitações no âmbito do Programa 1º Direito – Programa de Apoio de Acesso à Habitação.

Embora menos expressivos, também as rubricas de Transferências Correntes (Cl.Ec.04) e Passivos Financeiros (Cl.Ec.10) tiveram aumentos significativos face à sua dotação inicial: 9.869,7 m€ e 7.566,6 m€, respetivamente. As Transferências Correntes foram, ainda, a rubrica que registou um maior aumento face ao trimestre anterior (mais 5.023,4 m€), com maior impacto resultante das transferências para instituições sem fins lucrativos e para as famílias.

No sentido inverso, com diminuições/anulações no valor de 12.018,9 m€ temos a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e a de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) que registou diminuições/anulações no período em análise de 10.005,0 m€.

## Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 2º trimestre de 2022 ascenderam a 77.603,7 m€, o que representa um acréscimo de 14% em relação a igual período de 2021.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	<b>GASTOS</b>	<b>68 350,18</b>	<b>100%</b>	<b>77 603,73</b>	<b>100%</b>	<b>9 253,56</b>	<b>14%</b>
60	Transferências e subsídios concedidos	16 441,07	24%	22 794,85	29%	6 353,78	39%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 016,57	1%	2 765,37	4%	1 748,80	172%
62	Fornecimentos e serviços externos	13 898,18	20%	14 284,28	18%	386,10	3%
63	Gastos com o pessoal	22 046,71	32%	23 706,85	31%	1 660,14	7,5%
64	Gastos de depreciação e de amortização	13 383,79	20%	11 649,18	15%	-1 734,60	-13%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	1 218,93	2%	2 233,18	3%	1 014,25	83%
69	Gastos por juros e outros encargos	344,94	1%	170,02	0%	-174,92	-51%

(milhares de euros)

**Ilustração 11 - Gastos e Perdas - 2º trimestre 2021/2022**

Os gastos mais significativos são os Gastos com o Pessoal, com um valor absoluto semelhante ao mesmo período de 2021 (23.706,8 m€, face aos 22.046,7 m€ do ano anterior) e um peso relativo de 31% do total dos Gastos (em 2021, representava 32% do total dos Gastos). De referir que, à data da presente análise, encontra-se por efetuar a retificação de acréscimo de gastos relativa aos subsídios de férias de 2021, os quais foram pagos em junho de 2022. Contudo, tal não compromete a comparabilidade dos períodos em questão, uma vez que, em 2021, esta retificação ocorreu após 30/06/2021.

As Transferências e Subsídios Concedidos (29%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (18%), são também rubricas com um peso relevante no total dos Gastos desta primeira metade do ano, e registaram aumentos face ao 2º trimestre de 2021. Sobretudo no que diz respeito às Transferências e Subsídios Concedidos, estas mostram um incremento de 6.353,8 m€, face a igual período de 2021. O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos foi mais modesto: 386,1 m€.

Divididos entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, as Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 22.794,9 m€ até 30/06/2022, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/06/2021:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>60</b>	<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>16 441,07</b>	<b>100%</b>	<b>22 794,85</b>	<b>100%</b>	<b>6 353,78</b>	<b>39%</b>
<b>60.1</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>6 503,92</b>	<b>58%</b>	<b>9 433,41</b>	<b>67%</b>	<b>2 929,49</b>	<b>45%</b>
	Estado	0,00	0%	953,66	0%	0,00	-
	Freguesias	931,19	8%	2 413,57	5%	1 482,39	159%
	Famílias	500,25	1%	763,58	2%	263,32	53%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	760,35	7%	1 197,82	11%	437,46	58%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	145,00	0%	234,00	3%	89,00	-
	Outros	4 167,13	43%	3 870,78	47%	-296,35	-7%
<b>60.2</b>	<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>6 161,51</b>	<b>0%</b>	<b>9 600,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 161,51	0%	6 600,00	0%	0,00	-
	Gaiurb, EM	0,00	0%	3 000,00	0%	0,00	-
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
<b>60.4</b>	<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>3 775,64</b>	<b>42%</b>	<b>3 761,44</b>	<b>33%</b>	<b>-14,19</b>	<b>0%</b>
	Administração Central	1 500,00	24%	1 500,00	22%	0,00	-
	Freguesias	1 575,88	13%	1 784,85	6%	208,97	13%
	Instituições sem Fins Lucrativos	699,76	5%	476,60	5%	-223,16	-32%

(milhares de euros)

**Ilustração 12 - Transferências e Subsídios concedidos - 2º trimestre 2021/2022**

Como se pode verificar no quadro acima, é evidente o grande aumento das Transferências Correntes (variação 2021/2022 de 45%, que resultou em mais 2.929,5 m€), dos quais, há que fazer nota do seguinte, das Transferências:

- **Para o Estado** – registo de 953,7 m€, decorrente da delegação de competências do PCM nos diretores de AE e ENA, no âmbito do DL 21/2019, o qual concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da educação;
- **Para as Freguesias** – totalizam 2.413,6 m€ o que, quando comparado com o 2º trimestre de 2021, representa um aumento de 159%. No entanto, parte desta variação é explicada pelo facto de, em 2022, ter sido efetuada a transferência da totalidade da verba anual prevista, enquanto em 2021, esse valor foi transferido em duodécimos para cada uma das juntas de freguesias, ou seja, embora o valor anual de transferências para as juntas seja o mesmo em 2021 e em 2022, as datas em que foram pagas essas transferências é diferente nestes dois anos. Posto isto, os montantes que realmente representam novas verbas transferidas para as freguesias nesta primeira metade do ano de 2022 foram: 234 m€ no âmbito do Acordo de Colaboração com as Juntas de Freguesia para mitigação dos efeitos sócio-económicos resultantes da situação pandémica Covid e 390 m€ ao abrigo do Fundo de Recuperação Covid 19;
- **Para as Famílias** - somam 763,6 m€, mais 263,3 m€ do que no mesmo período de 2021 explicados, sobretudo, pelo reforço do Programa “Gaia Cuidador” e do “Eixo de Apoio à Habitação e ao Arrendamento”;

- **Para Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras** – o valor de 1.197,8 m€ refere-se à comparticipação financeira ao abrigo do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pelas STCP (este valor inclui 247,7 m€ de gastos de períodos anteriores que aguardam a respetiva retificação contabilística).

Por último, temos as transferências para o CCD, que no 1º semestre de 2022, ascenderam a 234 m€, destinados à gestão das cantinas e bares.

Em termos de Subsídios Correntes, foram transferidos 6.600 m€ para as Águas de Gaia, E.M., S.A., decorrente do Contrato-Programa estabelecido (mais 438,5 m€ do que em igual período de 2021) e a transferência de 3.000 m€ para a Gaiurb, E.M ao abrigo do respetivo Contrato-Programa, este ano foi efetuada no 1º semestre (quando em 2021, tal ocorreu em final do 3º trimestre).

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos, os mais relevantes, neste 2º trimestre de 2022 foram os Outros Serviços (22%), os Subcontratos e Parcerias (16%) e as Rendas e Alugueres (13%).

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	13 898,18	100%	14 284,28	100%	386,10	3%
62.1	Subcontratos e parcerias	1 823,64	7%	2 344,90	16%	521,26	29%
62.2.1.2	Projetos e serviços de informática	43,46	0%	57,41	0%	13,95	-
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	1 306,73	13%	461,70	3%	-845,02	-65%
62.2.3	Vigilância e segurança	998,84	9%	961,34	6%	-37,50	-4%
62.2.4	Honorários	153,04	1%	138,10	1%	-14,93	-10%
62.2.5	Comissões	932,69	4%	1 012,89	7%	80,20	9%
62.2.6	Conservação e reparação	1 194,95	11%	841,39	5%	-353,57	-30%
62.4.1.2	Instalações Municipais	341,82	0%	166,84	11%	-174,98	-51%
62.6.1	Rendas e alugueres	1 579,78	18%	1 881,85	13%	302,07	19%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	104,56	1%	279,61	1%	175,06	167%
62.6.9	Outros serviços	1 845,41	13%	3 102,70	22%	1 257,28	68%

(milhares de euros)

**Ilustração 13 - Fornecimentos e Serviços Externos - 2º trimestre 2021/2022**

Os Fornecimentos e Serviços Externos, até ao final do mês de junho, totalizaram 14.284,3 m€, registando uma variação de 3% face ao mesmo período de 2021.

Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registados nas rubricas de “Outros Serviços” (mais 1.257,3 m€), “Subcontratos e Parcerias” (mais 521,3 m€) e “Rendas e Alugueres” (mais 302,1 m€).

No caso dos “Outros Serviços”, estes agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, o projeto Gaia + Sucesso para reforço de apoio aos alunos do Município, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação.

Tal como referido no Relatório do 1º trimestre de 2022, o aumento do valor de “Subcontratos e Parcerias” de 1.823,6 m€ para 2.344,9 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com Transportes Escolares, mas sobretudo pelo retomar da atividade das Cantinas Escolares no 1º trimestre de 2022 que, no mesmo período de 2021, esteve muito restringida pelas medidas de confinamento impostas para combate à Pandemia COVID-19.

Quanto aos gastos com “Rendas e Alugueres”, os dados comparativos revelem um acréscimo de 302 m€ entre o 2º trimestre de 2021 e o de 2022, sobretudo por via do aumento do arrendamento de Edifícios. Seria de esperar um ligeiro aumento, uma vez que em 2022, houve a atualização de rendas conforme o coeficiente legal (1,0043) e a realização de novos contratos de arrendamento (o do Edifício sito na Av. Da República e a R. Cabo Simões foi o que teve maior expressão: 8.565 € mensais). Contudo, esta variação em “Rendas e Alugueres” é motivada, essencialmente, pela retificação de acréscimo de Gastos que foi efetuada neste 1º semestre de 2022, enquanto em 2021 foi feita mais tarde (em agosto).

As rubricas com maiores diminuições foram os “Outros trabalhos especializados” (menos 845 m€) e “Conservação e reparação” (menos 353,6 m€).

A redução verificada em Outros Trabalhos Especializados ficou a dever-se a menores gastos com “Trabalhos de Impressão” neste 1º semestre (em 2021, efetuaram-se trabalhos significativos como a estampagem de máscaras ou a impressão de newsletter, revistas e livros para o Município, por exemplo). Mas a maior redução foi na rubrica genérica de Outros Trabalhos Especializados que, em 2021, comportou despesas com alguma envergadura, como a elaboração de projeto de execução para a reabilitação da Feira dos Carvalhos, o projeto de reabilitação paisagística para as áreas verdes ou a conceção, programação e organização do Fórum Internacional de Gaia – e que não se repetiram em 2022.

Ao nível dos gastos em “Conservação e reparação”, a maior redução verifica-se nos serviços de manutenção de espaços verdes e outros serviços de assistência e manutenção.



## Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 2º trimestre de 2022, totalizaram 54.898,8 m€, apresentando um decréscimo de 13%, face ao período homólogo.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>7</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>63 355,63</b>	<b>100%</b>	<b>54 898,79</b>	<b>100%</b>	<b>-8 456,84</b>	<b>-13%</b>
70	Impostos, contribuições e taxas	40 151,93	63%	24 298,61	44%	-15 853,31	-39%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	913,57	1%	1 547,22	3%	633,65	69%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	18 664,45	29%	25 921,02	47%	7 256,57	39%
76	Reversões	314,64	0%	0,38	0%	-314,26	0%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	3 207,69	5%	3 088,43	6%	-119,26	-4%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	103,36	0%	43,13	0%	-60,23	-58%

(milhares de euros)

**Ilustração 14 - Rendimentos e Ganhos - 2º trimestre 2021/2022**

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas as Transferências e Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 91% do total de rendimentos do 2º trimestre (no mesmo período de 2021, tiveram um peso de 92%).

As referidas rubricas registaram variações face a 2021 em sentidos opostos. Enquanto a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos teve um aumento de 39%, a rubrica de Impostos, Contribuições e Taxas teve uma redução de 39%.

Embora com menor peso relativo (apenas 3% do total de Rendimentos), a rubrica de Prestação de serviços e concessões registou uma variação significativa de 69%: de 913,6 m€ para 1.547,2 m€, em virtude da reabertura dos equipamentos municipais e o regresso à atividade normal, após os diversos períodos de confinamento/encerramento, como o verificado no período homólogo de 2021.

Por outro lado, os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” foram os Rendimentos e Ganhos que mais recuaram (menos 58%, de 103 m€ para 43 m€), uma vez que em 2021, o Município beneficiou da distribuição de resultados de 2017, 2018 e 2019 do FAM.

No 2º trimestre de 2022, as Transferências e subsídios correntes obtidos foram de 25.921 m€, mais 7.256,6 m€ do que no período homólogo de 2021. Esta variação de 39% é explicada por:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>75</b>	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>18 664,45</b>	<b>100%</b>	<b>25 921,02</b>	<b>100%</b>	<b>7 256,57</b>	<b>39%</b>
<b>75.1.1.1</b>	<b>Estado</b>	<b>18 500,73</b>	<b>99%</b>	<b>23 981,84</b>	<b>93%</b>	<b>5 481,11</b>	<b>30%</b>
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 978,30	32%	5 978,30	23%	0,00	0%
	Fundo Social Municipal (FSM)	1 997,86	11%	1 997,86	8%	0,00	0%
	Participação no IRS	8 809,06	47%	8 809,06	34%	0,00	0%
	Transferências de competências - Educação	0,00	0%	5 730,60	22%	5 730,60	-
	Participação do IVA	522,35	3%	522,35	2%	0,00	0%
	Direcção Regional de Educação Norte	1 174,87	6%	931,18	4%	-243,69	-21%
	Outros	18,28	0%	12,48	0%	-5,80	-32%
<b>75.1.1.2</b>	<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>88,12</b>	<b>0,5%</b>	<b>86,39</b>	<b>0,3%</b>	<b>-1,74</b>	<b>-2%</b>
	Instituto Nacional de Emergência Médica	34,56	0%	33,46	0%	-1,09	-3%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	1,81	0%	3,60	0%	1,79	99%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	51,76	0%	49,32	0%	-2,43	-5%
<b>75.1.4</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>75,60</b>	<b>0,4%</b>	<b>1 852,79</b>	<b>7,1%</b>	<b>1 777,19</b>	<b>2351%</b>
	Outras	75,60	0%	1 852,79	7%	1 777,19	2351%

(milhares de euros)

**Ilustração 15 - Transferências e Subsídios Correntes - 2º trimestre 2021/2022**

Como se pode constatar no quadro anterior, este aumento é explicado pelas verbas mensais recebidas pelo Município decorrentes da transferência de competências na área da educação, a qual se concretizou em abril de 2022 e que, até 30/06/2022, somaram 5.730,6 m€. As demais “Transferências e subsídios correntes” ficaram inalteradas, principalmente nas suas componentes mais importantes – transferências do Estado, o que resulta do facto do Orçamento de Estado para 2022 ter entrado em vigor apenas a 28/06/2022, pelo que, até essa data vigorou o regime de duodécimos quanto aos montantes provenientes da Administração Central.

Houve também um aumento na ordem dos 1.777,2 m€ em transferências do “Resto do Mundo” que se concretizou em receitas expressivas provenientes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da candidatura europeia “Gaia Protegida” (1.619,3 m€) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativos ao programa “Gaia+Sucesso” (248,1 m€).

Ao nível da rubrica dos “Impostos, Contribuições e Taxas”, a variação negativa de 39% resulta da circunstância da retificação do acréscimo de rendimentos provenientes da Derrama e do IMI, em 2022 ter sido efetuado ainda dentro do 1º semestre, enquanto em 2021 esta retificação só

foi realizada no 3º trimestre. O que explica os valores de 1.071,4 m€ e 19.149,2 m€ de Derrama e IMI registado a 30/06/2021 (antes da retificação de acréscimo de rendimentos) e em 30/06/2022 os valores serem zero, pois foram já retificados os acréscimos de rendimentos (Derrama e IMI de 2021, a ser cobrado em 2022).

Ainda assim, há a assinalar um crescimento substancial das receitas de IMT na ordem dos 28%, mais 3.788,7 m€ do que no 1º semestre de 2021.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>70</b>	<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>40 151,93</b>	<b>100%</b>	<b>24 298,61</b>	<b>100%</b>	<b>-15 853,31</b>	<b>-39%</b>
<b>70.1</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>24 746,28</b>	<b>37%</b>	<b>4 248,62</b>	<b>22%</b>	<b>-20 497,66</b>	<b>-83%</b>
	Derrama	1 071,41	7%	0,00	2%	-1 071,41	-100%
	Imposto municipal sobre imóveis	19 149,25	10%	0,00	7%	-19 149,25	-100%
	Imposto único de circulação	4 469,28	21%	4 232,11	13%	-237,17	-5%
	Contribuição Autárquica (CA)	56,35	0%	16,51	0%	-39,84	-71%
<b>70.2</b>	<b>Impostos indiretos</b>	<b>13 548,44</b>	<b>57%</b>	<b>17 337,15</b>	<b>68%</b>	<b>3 788,71</b>	<b>28%</b>
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	13 548,44	57%	17 337,15	68%	3 788,71	28%
<b>70.4</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1 857,20</b>	<b>6%</b>	<b>2 712,84</b>	<b>11%</b>	<b>855,64</b>	<b>46%</b>
	Taxas específicas das autarquias locais	1 452,50	4%	2 115,55	10%	663,05	46%
	Multas e outras penalidades	404,70	2%	597,30	1%	192,60	48%

(milhares de euros)

**Ilustração 16 - Impostos, contribuições e taxas - 2º trimestre 2021/2022**

Com igual sentido de crescimento, as “Taxas específicas das autarquias locais” registaram um aumento de 663 m€ (com especial destaque para as taxas de ocupação da via pública: mais 547,5 m€ e para a taxa turística: mais 273,5 m€) e as “Multas e outras penalidades” um aumento de 192,6 m€.

Por outro lado, o IUC e a Contribuição Autárquica viram os seus valores recuarem em 277 m€, no conjunto dos dois tributos.

Em síntese, em termos de rendimentos de “Impostos, Contribuições e Taxas”, podemos concluir que houve um aumento na ordem dos 4.367,3 m€, sendo que as rubricas da Derrama e IMI não são suscetíveis de comparação, dado o desfasamento temporal da realização da retificação de acréscimos de rendimentos.

## Análise das Rubricas de Investimentos

Os Investimentos no 2º trimestre de 2022, face ao período homólogo, registaram uma ligeira diminuição de 1% em termos globais, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2021		30/06/2022		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	945 129,61	100%	939 629,94	100%	-5 499,67	-1%
41	Investimentos financeiros	148 265,45	16%	128 105,24	14%	-20 160,21	-14%
42	Propriedades de investimento	17 317,82	2%	17 214,30	2%	-103,52	-1%
43	Ativos fixos tangíveis	728 441,93	77%	740 674,40	79%	12 232,47	2%
44	Ativos intangíveis	1 293,72	0%	236,27	0%	-1 057,45	-82%
45	Investimentos em curso	49 810,69	5%	53 399,73	6%	3 589,04	7%

(milhares de euros)

Ilustração 17 - Investimentos - 2º trimestre 2021/2022

Esta diminuição não foi, contudo, generalizada a todas as componentes de Investimentos. Enquanto os Investimentos Financeiros e os Ativos Intangíveis registaram valores inferiores aos do 2º trimestre de 2021 (menos 20.160,2 m€ e 1.057,5 m€, respetivamente), os Ativos Fixos Tangíveis aumentaram 12.232,5 m€ e os Investimentos em Curso subiram 3.589,0 m€.

As variações verificadas ao nível dos Investimentos Financeiros resultam dos ajustamentos efetuados, no final do ano de 2021, no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial.

Os Ativos Intangíveis registaram um acréscimo de 387,4 m€ em termos brutos, decorrente da rubrica de Programas de Computadores e Sistemas de Informação.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público que, tal como em 2021, representam 42% dos Investimentos. Seguem-se os Edifícios e outras Construções, com um peso de 25% no total dos Investimentos.

Sobretudo, decorrente do aumento da rubrica de Edifícios e Outras Construções (mais 2.613,8 m€) dos Investimentos em Curso, estes tiveram um incremento de 3.589,0 m€ face ao mesmo período de 2021, dos quais podemos referir obras importantes atualmente em evolução como a empreitada de reabilitação energética de diversos empreendimentos habitacionais (1.678,4 m€), a empreitada de inserção de corredores BUS (1.449,2 m€) ou as obras de manutenção corrente nos edifícios do ensino básico e pré-escolar do Município (1.090,8 m€).

## Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os números apurados para o 2º trimestre de 2022 muito semelhantes aos do mesmo período de 2021.

INDICADORES	30/06/2021	30/06/2022
Ativo Corrente / Ativo Total	10%	9%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	38%	36%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	79%	102%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	547%	538%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	874%	1012%
Investimentos / Ativo Total	90%	91%

Ilustração 18 - Indicadores Financeiros - 2º trimestre 2021/2022

Rácios como a Autonomia Financeira, Endividamento, Peso do Passivo Corrente ou do Ativo Corrente mostram-se com ligeiras variações percentuais (1 a 2 p.p.) entre os períodos comparados.

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada: o seu Património Líquido é mais de 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 102%, apresentando uma significativa melhoria face aos 79% do período homólogo, motivada quer pelo aumento dos meios financeiros líquidos (de 35.039,2 m€ em 2021, para 44.025,1 m€ em 2022), quer pela diminuição do Passivo Corrente (44.616,0 m€ em 2021 e 43.234,9 m€ em 2022).

Embora com um ligeiro recuo no valor dos Investimentos (menos 1%), o peso deste agregado no Total do Ativo (91%) e, em particular, no Ativo Corrente (1012%) aumentou consideravelmente, dado o recuo de 14% no valor do Ativo Corrente. Contudo, esta diminuição do Ativo Corrente está significativamente afetada pelos movimentos de retificação de

acréscimos de rendimentos e o momento em que aqueles foram efetuados: em 2022 foram efetuados no 2 trimestre e em 2021 no 3º trimestre, conforme já referido anteriormente.